

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balço Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional Jorge Rossmann

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRJR
HRJR – Hospital Regional Jorge Rossmann

CNPJ nº 03.969.808/0009-27.



Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)			
Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		10.183.546,04	8.908.794,60
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.850.841,87	3.515.854,18
Contratos de gestão e convênios	5	4.254.812,77	2.869.574,10
Estoque	6	1.426.751,39	1.980.323,94
Outros Créditos	7	453.734,12	376.416,10
Despesas pagas antecipadamente	8	197.405,89	166.626,28
Não Circulante		3.218.432,95	3.109.712,95
Partes relacionadas	9	3.218.432,95	3.109.712,95
Total do ativo		13.401.978,99	12.018.507,55
Ativo compensado	10	8.744.817,13	6.169.024,81
Total do ativo e do ativo compensado		22.146.796,12	18.187.532,36

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sem movimento	
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	

1. Contexto operacional: O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu a novo modelo de gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas a Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo de concorrência pública para administrar uma importante unidade de saúde do estado, o HRJR - Hospital Regional Jorge Rossmann, localizado na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRJR, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, assinado em 07 de junho de 2017, com vigência de 60 meses, encerrado em 31 de maio de 2022, e seus respectivos termos aditivos. Em 31 de maio de 2022, o ISG celebrou novo contrato de gestão (SES-PRC-2022/14030), com vigência de 60 meses, para regulamentar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no Hospital Regional "Jorge Rossmann" de Itanhaém, dando continuidade ao processo de gestão da unidade. **2. Base de preparação:** **2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, em atendimento da essência sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Instrumentos financeiros:** **a) Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações fi-

nanceiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e referem-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto no Contrato de Gestão 001.0500.000011/2017, assinado em 07 de junho de 2017 e na continuação conforme novo contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, assinado em 31 de maio de 2022, com vigência de 60 meses, e seus respectivos termos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis. **b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.2. Ativo imobilizado:** **a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos, administra o HRJR e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES-SP. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2022. **3.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames. **3.5. Patrimônio Líquido:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. **3.7. Tributações:** O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso ne-

5. Contrato de Gestão e Convênios:

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior(-)	Outras Receitas(+)	Reconh de Glosa e Ajustes(-)	Custos Realizados(-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub.a Receber Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado a Receber	Saldo Sub. a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2017	29.551.684,76	173.480,14	1.831.575,81	1.227.501,20	(516,37)	25.954.316,78	3.167.289,88	29.551.684,76	-	292.548.189,76	262.996.505,00	266.163.794,88
2018	72.044.979,56	579.847,25	177.767,52	82.992,80	-	76.164.820,13	(467.478,16)	72.044.979,56	0,00	12.498.601,07	203.450.126,51	202.982.648,35
2019	99.223.144,65	405.131,18	219.373,54	28.264,78	(158.902,54)	98.130.181,04	998.410,41	99.223.144,65	0,00	39.676.766,16	143.903.748,02	144.902.158,43
2020	102.538.692,50	237.931,85	234.862,42	180.556,67	2.115,13	103.846.974,60	(128.360,72)	102.738.692,50	200.000,00	43.192.314,01	84.557.369,53	84.429.008,81
2021	101.963.981,00	236.409,89	1.458,00	641.686,75	37.705,96	105.544.127,06	(2.869.574,10)	101.763.981,00	0,00	42.217.602,51	24.810.991,04	21.941.416,94
2022	107.829.412,05	684.736,15	2.173.956,79	628.916,74	53.658,07	108.300.688,75	(4.254.812,77)	107.829.412,05	0,00	560.017.732,01	476.999.311,00	472.744.498,23

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HRJR), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 4,2 milhões refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto no Contrato de Gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2022 é de R\$ 476,9 milhões até a conclusão do contrato, previsto para junho de 2023. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 427,7 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custos/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do laço contratual. **6. Estoque:** Em 31 de dezembro de 2022, o estoque apresenta o saldo de R\$ 1.426.751,39 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

	2022	2021
Estoque	1.301.573,83	1.633.801,24
Compras a Devolver/Cancelar	0,00	213.508,30
Estoque em Poder de Terceiros	125.177,56	133.014,40
1.426.751,39	1.980.323,94	

	2022	2021
7. Outros Créditos:		
Adiantamentos a fornecedores	149.907,85	144.372,67
Créditos de Empregados (i)	288.090,54	232.043,43
Impostos a Recuperar	15.735,73	0,00
453.734,12	376.416,10	

(i) Refere-se a antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista. **8. Despesas Antecipadas:**

	2022	2021
Prêmios de Seguros	0,00	17.541,34
Vale-Transporte	27.547,04	29.570,25
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	164.858,85	116.514,69
Combustível	5.000,00	3.000,00
197.405,89	166.626,28	

	2022	2021
9. Partes relacionadas: Partes relacionadas a receber:		
Filial 08	3.218.432,95	3.109.712,95
3.218.432,95	3.109.712,95	

Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)			
	Nota	2022	2021
Receitas operacionais - com restrição			
Programa atividades de saúde	15	106.987.035,86	104.666.030,42
Outras receitas atividades de saúde	16	557.589,96	624.865,30
107.544.625,82		105.290.895,72	

Custos com programa com restrição
Programa atividades de saúde 17 (89.687.931,69) (86.706.370,37)
Superávit (Déficit) bruto 17.856.694,13 18.584.525,35
Despesas operacionais atividades de saúde com restrição 18
Com pessoal 18.1 (5.197.467,26) (4.649.449,75)
Serviços prestados por terceiros 18.2 (8.786.083,25) (10.092.340,81)
Gerais e administrativas 18.3 (4.398.467,07) (3.964.343,57)
Tributárias 18.4 (203.840,57) (82.375,07)
(18.585.858,15) (18.788.509,20)

Bens Adquiridos CG atividades de saúde com restrição
Programa Atividades de Saúde - Investimentos 2.173.956,79 1.458,00
Bens Adquiridos CG (2.173.956,79) (1.458,00)
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro (729.164,02) (203.983,85)
Resultado financeiro atividades de saúde com restrição 19
Receitas financeiras 756.062,93 253.231,34
Despesas financeiras (26.898,91) (49.247,49)
729.164,02 **203.983,85**
Superávit (Déficit) do exercício 0,00 0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
---	------	------

Superávit do exercício

Variações nos ativos e passivos

Contratos de gestão e convênios	(1.385.238,67)	(2.741.213,38)
Estoque	553.572,55	302.772,83
Outros Créditos	(77.318,02)	(145.676,69)
Despesas Pagas Antecipadamente	(30.779,61)	(19.236,92)
Fornecedores	(142.182,88)	(537.746,39)
Salários e encargos sociais	744.588,91	672.504,29
Obrigações tributárias	132.363,40	(15.458,79)
Partes relacionadas	(108.720,00)	(3.109.712,95)
Contingências	679.898,74	7.642,08
Outros passivos	(31.196,73)	(58.606,50)

Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais 334.987,69 (5.644.732,42)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa 334.987,69 (5.644.732,42)

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 3.515.854,18 9.160.586,60
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 3.850.841,87 3.515.854,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Um imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
--	------	------

Caixa e bancos 3.406.975,12 1.581.880,53
Aplicações financeiras (*) 3.816.772,12 1.933.973,65
3.850.841,87 3.515.854,18

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a renda fixa no Banco do Brasil, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Descrição **TX A.A.(%)** **Tipo** **2022** **2021**

Banco do Brasil RF-CP RF CP Em-
CORP 400MIL 40218-4 11,51 presa Agil 3.593.352,07 1.401.834,50
Banco do Brasil Aplic CDB / RDB
CDB 40218-4 11,36 e BB Reaplic - 532.139,15
Banco do Brasil RF Ref RF Ref
DI Plus Agil 40218-4 11,34 DI Plus Agil 223.420,05 -

3.816.772,12 **1.933.973,65**

Cada recurso recebido em razão do contrato de gestão é alocado em conta corrente criada especificamente e exclusivamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

10. Ativo/Passivo Compensado: O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos, os bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão nº 001.0500.000011/2017 e SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos aditivos, firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2022.

Custo	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Equipamentos Hospitalares	Bens Cedidos CG	Bens Recebidos em Doação	Total
Em 31 de dezembro de 2021	858.489,40	312.625,91	35.812,32	1.258.109,66	0,00	69.000,00	2.534.037,29
Adição	14.124,00	1.556.626,24	14.600,00	588.606,55	401.835,53	0,00	2.575.792,32
Em 31 de dezembro de 2022	872.613,40	1.869.252,15	50.412,32	1.846.716,21	401.835,53	69.000,00	5.109.829,61

Enfrentamento COVID 19 3.634.987,52 3.634.987,52
3.634.987,52 **3.634.987,52**

11. Fornecedores:

	2022	2021
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	906.659,52	923.900,41
Fornecedores de serviços (ii)	4.112.614,89	4.237.556,88
5.019.274,41	5.161.457,29	

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias, são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos, necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão SES-PRC-2022/14030. (ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão SES-PRC-2022/14030. **12. Salários e encargos sociais:** As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	2022	2021
Salários a pagar	1.799.704,36	1.527.091,33
Pensão a pagar	3.536,98	4.944,09
Rescisão a pagar	8.153,90	17.372,30
INSS	862.261,90	725.415,40
FGTS	278.191,99	245.683,34
Provisões férias e encargos	3.922.372,55	3.605.697,74
Outros	6.492,71	9.921,28
6.880.714,39	6.136.125,48	

13. Obrigações tributárias:

	2022	2021
--	------	------

...Continuação

18. Despesas Operacionais – Com Restrição Atividades de saúde

	2022	2021
18.1. Despesas Com Pessoal:		
Salários	2.692.431,95	2.454.349,01
Horas Extras	1.316,33	154,81
Adicionais	297.444,38	241.429,61
Férias	413.988,87	358.177,45
13º salário	301.584,99	252.880,61
Aviso Prévio	27.636,66	12.939,83
D.S.R	25.783,21	18.952,03
Indenizações	23.895,83	60.147,39
Auxílio Educação	42.480,89	47.041,00
Encargos sobre a folha	1.370.868,15	1.203.186,01
Outras Despesas com Pessoal	36,00	192,00
	5.197.467,26	4.649.449,75

	2022	2021
18.2. Serviços Prestados Por Terceiros:		
Serviços Advocatícios	246.367,00	193.540,00
Serviços de Consultoria (i)	425.029,49	1.823.642,65
Despesas Com Alimentação	3.353.327,60	3.035.931,70
Serviços de Contabilidade	135.831,17	123.750,00
Serviços Especializados em TI	764.151,38	782.308,92
Serviços RH	474.942,32	452.499,02
Despesas Corporativas (ii)	1.914.677,52	2.279.946,73
Outros Serviços (iii)	1.471.756,77	1.400.721,79
	8.786.083,25	10.092.340,81

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade. (iii) São as despesas com serviços de engenharia clínica, auditoria, gráficos, cursos e treinamentos e frete.

	2022	2021
18.3. Gerais e Administrativos:		
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	61.022,91	87.185,11
Utilidades e Serviços (i)	4.316.593,72	3.867.484,03
Viagens e Estádias	11.657,15	9.648,97
Outros Despesas (ii)	9.193,29	25,46
	4.398.467,07	3.964.343,57

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios, seguro predial, cartórios e Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. (ii) São gastos com estacionamentos e pedágios, anuidades e mensalidades, despesas legais e judiciais e despesas com chaves e carimbos.

	2022	2021
18.4. Despesas Tributárias:		
IOF	-	1.402,10
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	143.060,06	47.964,48
IOF Sobre Aplicações Financeiras	49.418,93	22.606,04
Outros Impostos e Taxas	11.361,58	10.402,45
	203.840,57	82.375,07

19. Resultado Financeiro – Com restrição atividades de saúde

	2022	2021
Receitas Financeiras	756.062,93	253.231,34
Despesas Financeiras	(26.898,91)	(49.247,49)
	729.164,02	203.983,85

	2022	2021
20. Contingências:		
Contingências Trabalhistas - LP	203.344,18	9.757,21
Contingências Cíveis – LP	486.311,77	0,00
	689.655,95	9.757,21

A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que R\$ 203.344,18 se refere ao valor de contingências trabalhistas e R\$ 486.311,77 referente a de contingências cíveis, ambas consideradas como perda provável, sendo reconhecidas no resultado do período de acordo com o relatório de advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados, pelo departamento jurídico da Entidade, estão abaixo listados.

	2022	2021
Quantidade de ações Possíveis		
Trabalhistas	161.563.173,21	14.1.035.190,12
Cível	173.605.841,92	20.656.793,64
Tributária	0	0
	335.169.015,13	34.791.983,76

	2022	2021
Quantidade de ações Prováveis		
Trabalhistas	8	2
Cível	3	0
Tributária	0	0
	11	2

21. Eventos Subseqüentes: Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer. Em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Itanhaém - SP, 11 de abril de 2023

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos diretores e Conselheiros do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR. Itanhaém - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRJR - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG - Gestor do HRJR, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Subvenções e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, está correlacionado nas Notas "05 – CONTRATO DE GESTÃO E CONVENIO", "15 RECEITAS OPERACIONAIS - COM RESTRIÇÃO" e "16 OUTRAS RECEITAS COM RESTRIÇÃO - ATIVIDADE DE SAÚDE", todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade sobre Subvenções a receber, no valor de R\$ 4,2 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato SES-PRC-2022/14030, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR, será efetivada no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios do contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 107,5 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados, para o período em análise, por este motivo a Entidade possui subvenção a receber. **Resposta da auditoria ao assunto:**

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRR

Diretoria		
André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes	Ernesto Stangueti	Raphael Lindenbach de Moraes
- Diretor presidente	Diretor Financeiro	CRC 1SP 261037
CPF: 195.644.575-72	CPF: 846.816.088-15	

Relatório - Contratado X Realizado

Relatório - Gestão em Saúde - Data: 01/03/2023

Relatório - Contratado X Realizado

HOSP REG DE ITANHAEM - Período: De 01 até 12/2022

183 - Internações

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Clínica Médica	857	889	4%	942	956	1%
Obstetrícia	1.588	1.612	2%	1.428	1.490	4%
Pediatria	402	639	59%	162	682	321%
Total	2.847	3.140	10%	2.532	3.128	24%

470 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Eletivas	1.209	1.058	-12%	1.254	1.353	8%
Urgências	240	284	18%	240	286	19%
Total	1.449	1.342	-7%	1.494	1.639	10%

322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Cirurgia Hospital - Dia	120	107	-11%	120	158	32%
Total	120	107	-11%	120	158	32%

185 - Urgência / Emergência

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Consultas de Urgência	7.000	7.138	2%	9.000	7.399	-18%

Relatório - Contratado X Realizado (Ambulatorial)

Relatório - Contratado X Realizado

AH REG DE ITANHAEM - Período: De 01 até 12/2022

271 - Consultas Médicas

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	1.500	1.201	-20%	1.500	1.499	0%
Interconsultas	1.200	1.374	15%	1.200	1.619	35%
Consultas Subseqüentes	3.900	4.451	14%	3.900	5.341	37%
Total	6.600	7.026	6%	6.600	8.459	28%

275 - SADT Externo

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	360	316	-12%	360	292	-19%
Diagnóstico por Tomografia	510	743	46%	60	45	-25%
Diagnóstico por Endoscopia	660	489	-26%	660	449	-32%
Total	1.530	1.548	1%	1.080	786	-27%

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia

	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Colonoscopia	0	0	0	0	1	0
TC abdome superior	0	14	0	0	0	0
TC tórax	0	1	0	0	0	0
Total	0	15	0	0	1	0

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "05 CONTRATO DE GESTÃO E CONVENIOS", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB Critério Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017 e da continuação por meio do contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, ambos firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. Os contratos deixam claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final dos instrumentos pactuados, estes serão devolvidos ao contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRJR optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação às Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSENCIA SOBRE A FORMA, estabelecida na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento à essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase: Continuidade das operações, controles gerenciais do ativo e passivo compensado, transações entre partes relacionadas e prestação de contas unificada nas demonstrações financeiras:** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade, são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 001.0500.000011/2017 e demais aditivos, no qual foi encerrado em 31/05/2022, havendo a celebração de um novo contrato de gestão (SES-PRC-2022/14030). Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação deste novo contrato de gestão, prevista para conclusão em 31/05/2027. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pela SES-SP, conforme previsto no contrato de gestão SES-PRC-2022/14030 e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes - ISG, gestor do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR. Contudo, evidenciamos os registros parciais destes bens em contas de controle, Ativo e Passivo compensado. Identificamos ainda que os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estão sendo registrados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensado). Contudo, os valores não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio da Unidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "9 - Partes relacionadas", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no Contrato de Gestão e/ou aditivo, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Informamos que as demonstrações ora apresentadas contêm a prestação de contas de dois contratos de gestão, sendo: contrato de gestão N.º 001.0500.000011/2017, no qual foi encerrado em 31/05/2022, e do novo contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, assinado em 31/05/2022, ambos firmados com a SES-SP e vinculados a mesma unidade hospitalar, não havendo a segregação da prestação de contas por contrato. Contudo, a SES-SP encaminhou resposta autorizando o fechamento das demonstrações financeiras, encer-

radas em 31/12/2022, de forma unificada para os dois contratos de gestão. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 05 de abril de 2022. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. • Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Itanhaém - SP, 12 de abril de 2023.

Work7 Auditores Independentes SS - CRC 1GO 001891 "S" - SP
José Ricardo Xavier - Contador
 CRC 1GO-013785/O-0 "S" SP | CVM 12.424



INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

CNPJ nº 03.969.808/0001-70
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVÍDUAS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022 (Em reais)					
	Nota	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	686.068,26	71.830.699,32	8.824,89	20.720.826,98
Contratos de gestão e convênios	5	-	196.730.501,42	-	215.922.297,45
Contas a receber	6	2.716.207,18	2.716.207,18	2.635.613,89	2.640.613,89
Impostos e contribuições a recuperar	7	5.039,77	6.577.687,21	144.596,29	6.873.745,46
Adiantamentos a terceiros	8	4.119,80	649.070,37	59.134,58	854.753,54
Adiantamentos a funcionários	9	96.183,63	1.171.730,43	184.495,58	1.090.530,00
Estoque	10	-	11.374.262,23	-	12.474.941,01
Despesas antecipadas	11	41.717,62	1.247.074,76	34.890,17	951.100,90
Total do ativo circulante		3.549.336,26	292.297.232,92	3.067.555,40	261.528.721,10
Não Circulante					
Depósitos em caução		37.736,51	37.736,51	37.736,51	37.736,51
Depósitos/bloqueios judiciais	12	3.026.198,49	4.741.494,03	3.087.126,90	4.634.047,50
Transações entre unidades	13a	11.838.787,81	-	4.301.009,60	-
Imobilizado	14	217.127,15	217.127,15	227.061,86	227.061,86
Total do ativo não circulante		15.119.849,96	4.996.441,69	7.652.934,87	4.898.929,87
Total do ativo		18.669.186,22	297.293.674,61	10.720.490,27	266.427.650,97
Ativo compensado	15	-	86.154.138,46	-	62.442.146,20
Total do ativo e do ativo compensado		18.669.186,22	383.447.813,07	10.720.490,27	328.869.797,17

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)					
	Nota	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Receitas com restrição					
Programa atividades de saúde	22a	-	815.285.058,31	-	691.139.475,14
Receita ressarcimento rescisão atividades de saúde	22a	-	2.310.335,04	-	2.193.197,87
Outras receitas atividade de saúde	22b	-	6.429.637,53	-	19.511.342,07
			824.025.030,88		712.844.017,08
Receitas sem restrição	23				
Outras receitas atividade de saúde		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
Receita líquida atividade de saúde					
Com restrição		-	824.025.030,88	-	712.844.017,08
Sem restrição		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
		563,40	824.048.064,52	5,00	713.081.962,58
Custos com programa com restrição	24				
Programa de atividades de saúde		-	(618.517.782,23)	-	(532.306.532,10)
Supervít (Déficit) bruto atividade de saúde		-	205.507.248,65	-	180.537.478,98
Sem restrição		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
		563,40	205.530.282,29	5,00	180.775.424,48
Despesas operacionais atividade de saúde - com restrição	25				
Com pessoal	25.1	(8.228.708,11)	(94.346.660,10)	(9.292.883,60)	(85.849.614,94)
Serviços prestados por terceiros	25.2	(3.180.076,77)	(89.949.633,36)	(4.417.185,45)	(85.512.299,83)
Gerais e administrativas	25.3	(2.500.735,83)	(30.269.906,58)	(1.964.304,12)	(18.618.585,08)
Depreciação e amortização	14	(9.934,71)	(9.934,71)	(13.085,28)	(13.085,28)
Tributárias	25.4	(14.042,89)	(1.657.330,87)	(26.538,76)	(348.427,00)
		(13.933.498,31)	(216.233.465,62)	(15.713.997,21)	(190.342.012,13)
Outras receitas operacionais atividade de saúde - com restrição	26				
Recuperação de despesas		13.907.637,31	13.907.637,31	12.746.726,53	12.746.726,53
Supervít (Déficit) antes do resultado financeiro - atividade de saúde					
Com restrição		(25.861,00)	3.181.420,34	(2.967.270,68)	2.942.193,38
Sem restrição		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
		(25.297,60)	3.204.453,98	(2.962.265,68)	3.180.138,88
Resultado financeiro atividade de saúde - com restrição	27				
Receitas financeiras		24.448,94	7.424.857,47	636,97	1.310.141,19
Despesas financeiras		(192.472,10)	(7.910.935,18)	(131.808,06)	(6.134.672,03)
		(168.023,16)	(486.077,71)	(131.171,09)	(4.824.530,84)
Supervít (Déficit) do exercício Atividade de Saúde					
Com restrição		(193.884,16)	2.695.342,63	(3.098.441,77)	(1.882.337,46)
Sem restrição		563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
		(193.320,76)	2.718.376,27	(3.098.436,72)	(1.644.391,96)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)					
	Nota	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades sociais					
Supervít (Déficit) do exercício		(193.320,76)	2.718.376,27	(3.098.436,77)	(1.644.391,96)
Ajustes para conciliar o supervít ao caixa oriundo das atividades sociais		9.934,71	9.934,71	13.085,28	13.085,28
Depreciação e amortização		9.934,71	9.934,71	13.085,28	13.085,28
Variações nos ativos e passivos					
Contratos de gestão e convênios		-	191.191.796,03	-	(27.065.301,33)
Contas a receber		(80.593,29)	(75.593,29)	(147.076,60)	9.502,83
Estoque		-	1.100.678,78	-	2.485.572,81
Impostos e contribuições a recuperar		139.556,52	296.058,25	(2.496,82)	(6.595.886,79)
Adiantamentos a terceiros		55.014,78	205.683,17	27.314,22	(410.151,03)
Adiantamentos a funcionários		88.311,95	(81.199,56)	(31.766,23)	(122.772,04)
Depósitos judiciais		69.528,41	(107.446,53)	-	(201.063,14)
Partes relacionadas a receber		(7.537.778,21)	-	(2.025.175,82)	-
Outros ativos		(6.827,45)	(296.062,86)	(10.921,57)	(119.830,20)
Outros fornecedores		99.499,99	(12.939.291,37)	217.535,71	6.832.001,27
Salário e encargos sociais		468.086,74	5.572.960,59	826.635,88	(611.818,61)
Total do fluxo de caixa					

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVÍDUAS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil ("ISG" ou "Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Atualmente o ISG possui contratos de gestão hospitalar vigentes nas seguintes unidades: - HDT - Hospital de Doenças Tropicais, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - CEAP-SOL - Condomínio Solidariedade, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - HEAL - Hospital Estadual Azevedo Lima, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro; - HRR - Hospital Regional Jony Bossman, situado em Itambém, Estado de São Paulo; - HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos, situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - AME-SJC - Ambulatório Médico de Especialidades "Edu Costa Mendes", situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - HRR - Hospital Regional de Registro, situado em São Paulo, Estado de São Paulo; - HRLN - Hospital Regional Litoral Norte, situado em Caraguatatuba, Estado de São Paulo; - AME-Pariqueira-Açu - Ambulatório Médico de Especialidades, situado em Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo. O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Criança, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Aranaua - Rio de Janeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, estância sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:
2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.
2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.
2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas.
3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e recursos provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.
(b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vendidas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto nos Contratos de Gestão.
3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Benefetórias em bens de terceiros e instalações compreendem, principalmente, benefetórias em unidades hospitalares locais à gestão do ISG, unidades avançadas e escritórios. O Instituto Sócrates Guanaes, por meio dos contratos de gestão e termos aditivos, administra diversos bens adquiridos com recursos dos contratos. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. Os contratos de gestão definem que tais bens são das Secretarias de Saúde de cada Estado e que ao final dos contratos estes serão devolvidos às respectivas Secretarias de Saúde dos Estados. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.
(b) Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil - econômica estimado dos bens. Em relação aos contratos de gestão, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos públicos advindos dos contratos de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, das Secretarias de Saúde de cada Estado.
3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"): O valor contábil do ativo imobilizado é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2022 e 2021.
3.4. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames, contudo possuem restrições de uso, conforme contratos de gestão.
3.5. Patrimônio Líquido: O Instituto aplica integralmente seus recursos, na forma da legislação aplicável, na manutenção de seus objetivos.
3.6. Apuração do resultado: As receitas, custos e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.
3.7. Tributação: O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. No caso, insumo tributo sobre o lucro, foi apurado e provisionado, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo para aplicação do PIS é o valor da folha de pagamento, com aliquota de 1%, quando existente. Os valores apurados são recolhidos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Matriz	2022		Matriz	2021	
		Consolidado	Consolidado		Consolidado	Consolidado
Caixa com restrição (*)	-	13.756,47	-	-	15.677,20	-
Caixa sem restrição	1.309,51	1.309,51	103,95	103,95	-	-
Bancos conta movimento com restrição (*)	-	223.943,18	-	2.008.363,87	-	-
Bancos conta movimento sem restrição	-	4.837,88	-	7,31	-	-
Aplicações financeiras com restrição (*) (a)	-	70.217.166,64	-	18.221.008,58	-	-
Aplicações financeiras sem restrição (a)	684.758,75	1.330.685,64	8.719,94	475.666,07	-	-
		686.068,26	71.830.699,32	8.824,89	20.720.826,98	

As aplicações financeiras com e sem restrição, referem-se substancialmente a CDB e renda fixa no Banco do Brasil e Santander, e Fundo de investimento da Caixa Econômica Federal ("Caixa FIC") e Santander, conta poupança no Bradesco, de curto prazo, remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. (*) Cada recurso recebido em razão dos contratos de gestão é alocado em contas-correntes e aplicações financeiras que foram criadas especificamente para ger-los e aplicá-los devidamente. Porém, o ISG é responsável pelas aplicações de recursos e todos estes estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte dos contratantes.

DESCRIÇÃO	Taxa% a.a.	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
AME PARIQUEIRA	12,38	6.622.515,12	4.218.760,26	-	-
AME SJC	11,52	442.866,83	632.150,32	-	-
CEAP-SOL	12,38	2.207.282,01	4.695.061,34	-	-
HDT	12,38	3.216.262,95	1.342.964,83	-	-
HEAL CG 01/19	12,35	3.669.953,07	250.023,78	-	-
HEAL CG 04/14	12,35	394,51	350,28	-	-
HERC	8,5	1.687,62	311.415,04	-	-
HRUR	12,38	3.816.772,12	1.933.973,65	-	-
HRLN	12,38	27.610.195,50	4.571.519,60	-	-
HRR	12,38	21.685.693,81	195.827,22	-	-
HRSJC	12,38	943.543,10	68.562,26	-	-
TOTAL COM RESTRIÇÃO		70.217.166,64	18.221.008,58		

DESCRIÇÃO	Taxa% a.a.	2022		2021	
		Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
MATRIZ	11,52	684.758,75	8.719,94	-	-
FILIAL SP	11,52	645.926,89	466.946,13	-	-
TOTAL SEM RESTRIÇÃO		1.330.685,64	475.666,07		

5. CONTRATOS DE GESTÃO CONVÊNIO

		2022	
--	--	------	--

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG				
CNPJ nº 03.969.808/0001-70				
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América				
Salá 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA				
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021				
Outras receitas atividade saúde com restrição (b)		Consolidado		
Contribuições e Doações		2022	2021	
HDT	2.498.566,85	3.030.465,22		
CEAP-SOL	59.191,14	419.564,25		
HEAL CG 001/2019	865.376,40	1.128.112,70		
HR/R	547.832,75	370.038,96		
HR/SJC	49.858,13	170.700,14		
HRLN	34.328,93	836.014,49		
AMESIC	3.053,64	77.264,11		
HRR	78.084,94	379.572,06		
Outras Receitas diversas		0,00		
HERC	556.253,07	4.619.050,47		
HDT	6.298,05	6.821,76		
CEAP-SOL	366,65	354,63		
HEAL CG 001/2019	452,38	0,00		
HEAL CG 004/2014	1.677.353,43	8.011.779,21		
HR/R	9.757,21	254.826,34		
HRR	30.583,74	6.300,00		
HRLN	10.122,85	1.267,26		
AMESIC	2.157,37	0,00		
HR/SJC	0,00	199.210,47		
	6.429.637,53	19.511.342,07		
a) Receitas de subvenções realizadas em razão da execução dos contratos de gestão firmados entre o ISG e as Secretarias de Saúde de Estado, sempre realizando o reconhecimento de receitas de acordo com os custos a elas correlacionados, em atendimento a normas contábeis. b) Refere-se a outras receitas na área de saúde, com restrição, tais como: contribuições, descontos obtidos e doações recebidas, todas vinculadas aos contratos de gestão.				
23. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO				
Outras receitas atividade saúde sem restrição		2022	2021	
ISG Matriz	563,40	563,40	5,00	5,00
Filial SP	-	22.470,24	-	237.940,50
	563,40	23.033,64	5,00	237.945,50
Refere-se a outras receitas na área de saúde, sem restrição, tais como: contribuições e descontos obtidos, além de receita de negociação de contrato com o banco Santander.				
24. CUSTOS COM PROGRAMA DE ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO				
Custo de pessoal próprio (a)		2022	2021	
Custos de serviços assistências e de apoio (b)		Matriz	Consolidado	Matriz
				Consolidado
Materiais médicos e hospitalares	-	217.203.797,60	-	188.445.181,67
Medicamentos	-	271.904.272,25	-	229.127.366,04
Custo de pessoal cedido (c)	-	38.402.971,53	-	32.927.927,74
Materiais em geral	-	33.504.866,89	-	38.601.973,57
Bens Adquiridos CG	-	19.620.920,20	-	18.722.903,39
Outros	-	31.876.781,13	-	24.506.655,56
(-) Recuperação de PIS	-	12.432.273,85	-	2.657.822,37
	-	3.571.898,78	-	3.758.706,26
	-	-	-	(6.442.004,50)
	-	618.517.782,23	-	532.306.532,10
a) O custo com pessoal próprio se refere a todos os colaboradores que executam as tarefas diárias dentro das dependências das unidades de saúde, voltada a atividade de saúde, esta rubrica comporta todas as remunerações, benefícios, encargos e outros custos com pessoal próprio. b) Este grupo contempla os custos indiretos necessários a execução do serviço, tais como: serviços de alimentação, higienização, limpeza, segurança, lavanderia, coleta de lixo, manutenção, locação, anestesiológico, laboratório, hemoterapia, fisioterapia, ortopedia, médicos, apoio PJ e PF dentre outros, além de contribuições sindical patronal e taxas diversas. c) Em detrimento do contrato de gestão do HDT, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do HDT, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado de Goiás. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois, em essência, o pessoal cedido trabalha no HDT e são remunerados com recursos provenientes do contrato de gestão, mediante dedução dos valores				
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral		2022	2021	
Aluguel de bens imóveis	133.849,12	812.659,43	50.570,05	1.209.789,59
Utilidades e Serviços (i)	150.025,31	150.025,31	150.025,31	129.273,17
Viagens e Estadas	180.095,32	14.919.482,88	134.189,75	12.691.096,52
Locação de Máquinas e equipamentos	364.226,64	885.358,56	632.039,31	801.707,58
Contingências (ii)	86.555,61	1.167.535,88	40.374,47	1.343.241,27
Outros Despesas	799.280,07	11.189.940,52	642.336,99	1.372.921,07
	516.703,76	1.144.900,90	335.851,10	1.070.555,88
	2.500.735,83	30.269.906,58	1.964.304,12	18.618.585,08
25. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO				
25.1. Despesas com pessoal:				
Salários	3.405.497,49	43.460.759,88	2.956.579,86	40.775.244,01
Horas Extras	2.362,28	1.490.594,73	16.813,35	649.813,58
Adicionais	2.057,04	5.627.844,70	93.135,47	4.726.516,34
Férias	452.121,06	10.702.017,60	392.250,11	7.800.233,01
13º salário	320.676,58	4.773.377,29	314.665,43	4.345.830,67
Anexo Prévio	30.811,27	352.153,88	41.079,05	390.239,51
D.S.R	-	557.097,59	288,47	337.742,11
Indenizações	9.675,05	120.859,75	117.977,28	713.845,96
Auxílio Educação	9.023,66	95.848,71	9.123,88	109.279,33
Pró-labore	2.663.869,88	2.663.869,88	2.456.742,77	2.456.742,77
Benefícios (i)	547.483,57	1.177.549,68	528.300,90	1.086.966,24
Encargos sobre a folha	386.251,48	22.925.771,66	1.508.561,13	21.598.028,51
Outras Despesas com Pessoal	398.878,75	398.914,75	857.365,90	859.132,90
	8.228.708,11	94.346.660,10	9.292.883,60	85.849.614,94
Os benefícios são referentes a despesa de vale transporte, vale alimentação/refeição, assistência médica/odontológica e outros.				
25.2. Serviços Prestados por terceiros				
Serviços Advocatórios	1.370.014,08	2.921.160,23	1.219.100,19	2.995.144,07
Serviços de Consultoria (i)	583.867,95	6.666.352,65	520.421,07	9.111.118,50
Serviços de Higienização e Limpeza	20.989,51	10.236.618,84	19.541,92	9.478.528,88
Serviços de Vigilância e Segurança	-	3.164.901,54	-	2.891.386,99
Serviços de Lavanderia Hospitalar	115,00	316.848,56	42,00	201.690,42
Serviços de Contabilidade	40.190,00	1.195.206,50	41.214,70	1.182.191,70
Serviços Especializados em TI	373.076,73	5.557.173,49	489.578,48	6.158.180,10
Serviços de Assessoria de Processos (ii)	507.224,20	512.224,18	1.105.629,60	1.152.302,60
Serviços de RH	32.285,08	2.085.462,84	184.003,88	1.891.699,10
Serviços Gráficos	3.337,68	450.891,17	4.179,86	322.709,28
Despesas Corporativas (iii)	29,00	14.370.050,69	-	13.289.482,37
Despesas com Alimentação	-	23.269.098,28	-	18.055.749,96
Serviços de manutenção em geral	21.608,63	5.991.112,35	5.917,97	5.999.822,92
Serviços de Frete/Transporte	19.534,70	4.347.264,53	13.867,95	4.181.829,73
Serviços de Engenharia clínica	-	6.454.156,84	-	4.892.791,44
Serviços Administrativos	63.730,26	694.665,70	84.945,27	1.365.945,59
Serviços de Auditoria	59.771,09	561.535,94	51.051,66	447.566,68
Outros Serviços	84.302,86	1.154.909,03	713.690,90	1.894.159,17
	3.180.076,77	89.949.633,36	4.417.185,45	85.512.299,83
(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) Os serviços de Assessoria em processos são aqueles de apoio administrativo, controle de custos, acompanhamento da plataforma de compras, entre outros. (iii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto, cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.				
25.3. Gerais e Administrativas				
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	133.849,12	812.659,43	50.570,05	1.209.789,59
Aluguel de bens imóveis	150.025,31	150.025,31	150.025,31	129.273,17
Utilidades e Serviços (i)	180.095,32	14.919.482,88	134.189,75	12.691.096,52
Viagens e Estadas	364.226,64	885.358,56	632.039,31	801.707,58
Locação de Máquinas e equipamentos	86.555,61	1.167.535,88	40.374,47	1.343.241,27
Contingências (ii)	799.280,07	11.189.940,52	642.336,99	1.372.921,07
Outros Despesas	516.703,76	1.144.900,90	335.851,10	1.070.555,88
	2.500.735,83	30.269.906,58	1.964.304,12	18.618.585,08

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, internet, correios e cartório. (ii) Refere-se a valores reconhecidos durante o exercício das ações classificadas como provável chance de perda por parte do instituto, com base nos relatórios fornecidos pelo departamento jurídico.

25.4. Tributárias:

	2022	2021
	Matriz	Consolidado
INSS sobre Autônomos e Cooperativas	-	61.509,59
IPTU	899,49	899,49
IOF	-	7.643,47
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	4.265,53	1.262.684,13
IOF Sobre Aplicações Financeiras	2.265,83	276.006,52
Outros Impostos e Taxas	6.612,04	48.587,67
	14.042,89	1.657.330,87

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO				
	2022	2021		
	Matriz	Consolidado		
Rateio de Horas Técnicas (i)	13.907.637,31	13.907.637,31		
	13.907.637,31	13.907.637,31		

(i) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto, cada unidade hospitalar paga para Matriz a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

27. RESULTADO FINANCEIRO ATIVIDADE SAÚDE – COM RESTRIÇÃO

	2022	2021
	Matriz	Consolidado
Receitas Financeiras	24.448,94	7.424.857,47
Despesas Financeiras	(192.472,10)	(7.910.935,18)
	(168.023,16)	(486.077,71)

28. INDICADORES

	2022	2021
	Matriz	Consolidado
Índice de Liquidez Corrente		
Ativo circulante	= 0,578	1,165
Passivo circulante	= 0,936	1,009
Índice de Liquidez Geral		
Ativo circulante + Ativo não circulante	= 0,936	1,009
Passivo circulante + Passivo não circulante	= 0,936	1,009
Índice de Solvência Geral		
Ativo total	= 0,936	1,009
Passivo circulante + Passivo não circulante	= 0,936	1,009

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Por meio do ofício SES/SUBAS Nº55 a Secretaria de saúde do Rio de Janeiro – SES-RJ negou o pedido de prorrogação do Contrato de Gestão 001/2019 enviada pelo ISG através do Ofício ISG nº1.860/2022 (45667158). Nesse sentido, em 28 de fevereiro de 2023 o Instituto realizou a entrega da unidade ao governo do Estado do Rio de Janeiro – RJ, desta forma, encerrando todas as suas atividades de gestão do HEAL, vinculada ao Contrato de Gestão 001/2019 e demais termos aditivos. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em atenção às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Salvador (BA), 04 de Maio de 2023.				
DIRETORIA				
André Mansur de Carvalho Guanães Gomes				
Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72				
Ernesto Stangueti				
Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15				
CONTADOR				
Raphael Lindenbach de Moraes				
CRC ISP 261037				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

entre o reconhecimento das receitas de subvenções em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que as diferenças das subvenções relacionadas foram transferidas para a conta de "Contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que os contratos suportam o reconhecimento das receitas em relação a tais custos/despesas, conforme mencionado na Nota "OS CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIO"; bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. **Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota 3 - "PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos dos contratos de gestão, firmados entre as Secretarias de Estado da Saúde vinculadas a cada estado e o Instituto Sócrates Guanães – ISG, para o reconhecimento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. Os contratos deixam claro que tais bens são dos Estados, por meio das Secretarias de Estado da Saúde de cada ente federativo, retro mencionados, e que, ao final dos instrumentos pactuados, estes serão devolvidos às contratantes. Neste sentido, a Entidade gestora das unidades de saúde optou por acatar o nosso entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções (CFN nº 1.374/11), que a nota refere à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFN nº 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (RS) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos condicionar a uma apresentação não enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, qual seja, exigência à continua obediência da prevalência da ESSENCIA SOBRE A FORMA, estabelecida na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, examinamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconhecemos que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com as subvenções relacionadas, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsões contábeis, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CF 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase(s):** Continuidade das operações, unidades não auditadas, bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado e transações entre entidades. Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação dos contratos de gestão, previstos para conclusões em 24/06/2023 – HDI; 30/04/2023 – AME-SJC; 24/06/2023 – CEAP-SOL; 26/02/2023 – HEAL CG 001/2019; 31/05/2027 – HRR; 11/12/2023 – HR-SJC; 03/04/2023 – HRR, 19/12/2024 – HRLN e 31/12/2024 – AME-PARIQUERA-AÇU. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. As demonstrações contábeis individuais da Filial Administrativa – SP, Instituto do Coração da Bahia – INCOBA e Hospital Estadual da Criança – HEC não foram objeto de análise por nenhuma empresa de auditoria independente, contudo os demonstrativos financeiros individuais estão incorporados nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanães – ISG. Contudo, para as unidades AME-SJC, HEAL CG 001/2019, HRR, HRR e HRLN, evidenciamos que os registros foram realizados parcialmente em contas de Ativo e Passivo compensados, ainda, para as unidades CEAP-SOL e HDI, os relatórios apresentados dos registros também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio destas Unidades. Identificamos, ainda, que no caso dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estes, estão sendo controlados em contas genéricas (Ativo e Passivo compensados). Contudo, assim como o ocorrido com os bens cedidos, os valores também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio de todas essas Unidades, o que, por força de contrato, podem ser ocasionadas contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "13 – Transações entre Unidades", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base nos Contratos de Gestão e/ou aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade do Instituto, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício anterior em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 19 de abril de 2022. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis

individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais

COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balancço Patrimonial - Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Hospital Regional Jorge Rossmann

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRJR
HRJR - Hospital Regional Jorge Rossmann

CNPJ nº 03.969.808/0009-27

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Balancço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)			
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante		8.908.794,60	11.950.172,86
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.515.854,18	9.160.586,60
Contratos de gestão e convênios	5	2.869.574,10	128.360,72
Estoque	6	1.980.323,94	2.283.096,77
Outros Créditos	7	376.416,10	230.739,41
Despesas pagas antecipadamente	8	166.626,28	147.389,36
Não Circulante		3.109.712,95	-
Partes relacionadas	9 (a)	3.109.712,95	-
Total do ativo		12.018.507,55	11.950.172,86
Ativo compensado	10	6.169.024,81	6.167.566,81
Total do ativo e do ativo compensado		18.187.532,36	18.117.739,67

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

Sem movimento

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

1. Contexto operacional: O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu a novo modelo de gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas a Saúde. Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo de concorrência pública para administrar uma importante unidade de saúde do estado, o HRJR - Hospital Regional Jorge Rossmann, localizado na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo. Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRJR, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, assinado em 07 de junho de 2017, com vigência de 60 meses, e seus respectivos termos aditivos. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), constataciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis, exceto para as mudanças de apresentação, conforme descrito na Nota 15, referente as "Receitas operacionais - com restrição" e Nota 17, referente aos "Custos com restrição programa de atividades de saúde". **3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimento inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e referem-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão 001.0500.000011/2017, assinado em 07 de junho de 2017, com vigência de 60 meses, e seus respectivos termos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis. **b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e empréstimos de terceiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.2. Ativo imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, e seus respectivos termos aditivos, administra o HRJR e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no decorrer do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021. **3.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames. **3.5. Patrimônio Líquido:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. **3.7. Tributação:** O

5. Subvenções assistenciais - contrato de gestão

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual
2017	29.551.684,76	173.480,14	1.831.575,81	1.227.501,20	(516,37)	25.954.316,78	3.167.289,88	29.551.684,76
2018	72.044.979,56	579.847,25	177.767,52	82.992,80	-	76.164.820,13	(467.478,16)	72.044.979,56
2019	99.223.144,65	405.131,18	219.373,54	28.264,78	(158.902,54)	98.130.181,04	99.223.144,65	99.223.144,65
2020	102.538.692,50	237.931,85	234.862,42	180.556,67	2.115,13	103.846.974,60	(128.360,72)	102.738.692,50
2021	101.963.981,00	236.409,89	1.458,00	641.686,75	37.705,96	105.544.127,06	(2.869.574,10)	101.763.981,00

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação. A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HRJR), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita. Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2021 é de R\$ 28.571 milhões até a conclusão do contrato prevista para junho de 2022. Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 25.701 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida o custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual. **6. Estoque:** Em 31 de dezembro de 2021, o estoque apresenta o saldo de R\$ 1.980.323,94 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição

	2021	2020
Estoque	1.633.801,24	2.281.836,77
Compras a Devolver/Cancelar	213.508,30	1.260,00
Estoque em Poder de Terceiros	133.014,40	-
	1.980.323,94	2.283.096,77

Custo	Móveis e Utensílios	Maquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Equipamentos Hospitalares	Bens Recebidos em Doação	Total
Em 31/12/19	824.012,40	305.019,35	33.047,60	1.066.637,52	-	2.228.716,87
Adição	34.477,00	7.606,56	2.764,72	190.014,14	69.000,00	303.862,42
Em 31/12/20	858.489,40	312.625,91	35.812,32	1.256.651,66	69.000,00	2.532.579,29
Adição	-	-	-	1.458,00	-	1.458,00
Em 31/12/21	858.489,40	312.625,91	35.812,32	1.258.109,66	69.000,00	2.534.037,29

	2021	2020
Enfrentamento COVID 19	3.634.987,52	3.634.987,52
	3.634.987,52	3.634.987,52

	2021	2020
11. Fornecedores		
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	923.900,41	1.309.102,58
Fornecedores de serviços	4.237.556,88	4.390.101,10
	5.161.457,29	5.699.203,68

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias, são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos, necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão 001.0500.000011/2017, ISG/HRJR. (ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são neces-

mentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e referem-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2022, conforme previsto no Contrato de Gestão 001.0500.000011/2017, assinado em 07 de junho de 2017, com vigência de 60 meses, e seus respectivos termos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis. **b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e empréstimos de terceiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.2. Ativo imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, e seus respectivos termos aditivos, administra o HRJR e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES-SP. Os bens adquiridos no decorrer do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **b) Depreciação:** A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, caso existam, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021. **3.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames. **3.5. Patrimônio Líquido:** O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos. **3.6. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. **3.7. Tributação:** O

	2021	2020
7. Outros Créditos		
Adiantamentos a fornecedores	144.372,67	29.607,02
Outros Valores Receber	0,00	972,74
Créditos de Empregados (i)	232.043,43	200.159,65
	376.416,10	230.739,41

(i) Refere-se a antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista.

	2021	2020
8. Despesas Antecipadas		
Prêmios de Seguros	17.541,34	9.571,31
Vale-Transporte	29.570,25	23.333,20
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	116.514,69	108.484,85
Combustível	3.000,00	6.000,00
	166.626,28	147.389,36

	2021	2020
9. Partes relacionadas: a) Partes relacionadas - a receber:		
ISG - HRR	3.109.712,95	-
	3.109.712,95	-

10. Ativo/Passivo Compensado: O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, e seus respectivos aditivos, firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Salários a pagar	1.527.091,33	1.469.362,73
Pensão a pagar	4.944,09	3.944,12
Rescisão a pagar	17.372,30	1.108,26
INSS	725.415,40	701.430,85
FGTS	245.683,34	227.539,37
Provisões férias e encargos	3.605.697,74	3.056.193,36
Outros	9.921,28	4.042,50
	6.136.125,48	5.463.621,19

Demonstração do Resultado e Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

	Nota	2021	2020
Receitas com restrição			
Programa atividades de saúde	15	104.666.030,42	103.734.463,63
Outras receitas atividades de saúde	16	624.865,30	99.878,78
Custos com programa			
Programa atividades de saúde com restrição	17	(86.706.370,37)	(84.745.393,16)
Superávit bruto		18.584.525,35	19.088.949,25
Despesas operacionais atividade de saúde com restrição	18		
Com pessoal	18.1	(4.649.449,75)	(4.658.241,54)
Serviços prestados por terceiros Gerais e administrativas	18.2	(10.092.340,81)	(10.487.995,92)
Tributárias	18.3	(3.964.343,57)	(4.160.596,25)
	18.4	(82.375,07)	(57.556,42)
		(18.788.509,20)	(19.364.390,13)

	2021	2020
Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição		
Programa Atividades de Saúde - Investimentos	1.458,00	-
Bens Adquiridos CG	(1.458,00)	-
	-	-
Déficit antes do resultado financeiro	(203.983,85)	(275.440,88)

	2021	2020
Resultado financeiro atividade de saúde com restrição	19	
Receitas financeiras	253.231,34	318.609,74
Despesas financeiras	(49.247,49)	(43.168,86)
	203.983,85	275.440,88

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Varições nos ativos e passivos		
Contratos de gestão e convênios	(2.741.213,38)	(128.360,72)
Estoque	302.772,83	(1.129.621,98)
Outros Créditos	(145.676,69)	(4.016,82)
Despesas Pagas Antecipadamente	(19.236,92)	19.662,96
Partes relacionadas	(3.109.712,95)	1.159.830,25
Fornecedores	(537.746,39)	430.970,80
Salários e encargos sociais	672.504,29	228.347,56
Obrigações tributárias	(15.458,79)	58.548,99
Subvenções assistenciais a realizar	-	(998.410,41)
Outros passivos	(58.606,50)	80.958,66
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	(5.652.374,50)	(282.090,71)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(5.652.374,50)	(282.090,71)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.160.586,60	9.440.562,18
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.515.854,18	9.160.586,60

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

	2021	2020
4. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	1.581.880,53	100.814,46
Aplicações financeiras (*)	1.933.973,65	9.059.772,14
	3.515.854,18	9.160.586,60

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente à renda fixa no Banco do Brasil, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos ao risco insignificante de mudança de valor. Cada recurso recebido em razão do contrato de gestão é alocado em conta corrente criada especificamente e exclusivamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

	2021	2020
--	------	------

... continuação

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/HRJR

encargos e benefícios dos funcionários. (ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros. (iii) Houve mudança no critério e apresentação para os custos referentes a investimentos na aquisição de bens, onde, para o exercício 2020 estavam contidos nesta nota (17), e para exercício 2021 os valores estão contidos no grupo "Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição" **18. Despesas Operacionais – Com Restrição Atividades de saúde: 18.1. Despesas Com Pessoal**

	2021	2020
Salários	2.454.349,01	2.498.928,24
Horas Extras	154,81	642,59
Adicionais	241.429,61	265.290,20
Férias	358.177,45	348.118,61
13º salário	252.880,61	216.328,59
Aviso Prévio	12.939,83	11.982,33
D.S.R	18.952,03	21.658,11
Indenizações	60.147,39	11.209,14
Auxílio Educação	47.041,00	40.068,21
Benefícios (i)	0,00	25.867,03
Encargos sobre a folha	1.203.186,01	1.218.148,49
Outras Despesas com Pessoal	192,00	-
	4.649.449,75	4.658.241,54

(i) Os benefícios são compostos por vale-transporte, Vale Alimentação/Refeição e assistência médica pagos os funcionários. **18.2. Serviços Prestados Por Terceiros:**

	2021	2020
Serviços Advocáticos	193.540,00	231.111,75
Serviços de Consultoria (i)	1.823.642,65	2.217.381,28
Despesas Com Alimentação	3.035.931,70	3.466.839,85
Serviços de Contabilidade	123.750,00	156.263,80
Serviços Especializados em TI	782.308,92	1.100.649,36
Serviços RH	452.499,02	435.289,94
Despesas Corporativas (ii)	2.279.946,73	1.563.961,59
Outros Serviços	1.400.721,79	1.316.498,35
	10.092.340,81	10.487.995,92

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

18.3. Gerais e Administrativos:

	2021	2020
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	87.185,11	233.856,78
Aluguel de bens imóveis	0,00	3.992,80
Utilidades e Serviços (i)	3.867.484,03	3.808.101,24
Viagens e Estadias	9.648,97	42.575,57
Outros Despesas (ii)	25,46	72.069,86
	3.964.343,57	4.160.596,25

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios e seguro predial. (ii) São gastos com estacionamento e pedágios, anuidades e mensalidades, despesas legais e judiciais e despesas com chaves e carimbos

18.4. Despesas Tributárias

	2021	2020
IOF	1.402,10	1.574,74
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	47.964,48	55.981,68
IOF Sobre Aplicações Financeiras	22.606,04	-
Outros Impostos e Taxas	10.402,45	-
	82.375,07	57.556,42

19. Resultado Financeiro – Com restrição Atividades de saúde

	2021	2020
Receitas Financeiras	253.231,34	318.609,74
Despesas Financeiras	(49.247,49)	(43.168,86)
	203.983,85	275.440,88

20. Contingências

	2021	2020
Contingências Trabalhistas - LP	9.757,21	2.115,13
	9.757,21	2.115,13

A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que R\$ 9.757,21 se refere ao valor de contingências trabalhistas consideradas de perda provável, sendo reconhecidas no resultado do período de acordo com o relatório de advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados, pelo departamento jurídico da Entidade, estão abaixo listados.

Diretoria		
André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes	Ernesto Stangueti	Raphael Lindenbach de Moraes
Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72	Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15	CRC 1SP 261037

Relatório - Contratado X Realizado

183 - Internações

	Cont.	Real.	%
Clínica Médica	850	1.005	18%
Obstetrícia	1.700	1.695	-
Pediatria	375	510	36%
Total	2.925	3.210	10%

470 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica

	Cont.	Real.	%
Eletivas	1.192	625	-48%
Urgências	240	274	14%
Total	1.432	899	-37%

322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais

	Cont.	Real.	%
Cirurgia Hospital - Dia	142	65	-54%
Total	142	65	-54%

185 - Urgência / Emergência

271 - Consultas Médicas

	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede Interconsultas	1.552	353	-77%
Consultas Subseqüentes	1.252	519	-59%
Total	6.954	4.071	-41%

275 - SADT Externo

	Cont.	Real.	%
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	360	316	-12%
Diagnóstico por Tomografia	600	554	-8%
Diagnóstico por Endoscopia	660	450	-32%
Total	1.620	1.320	-19%

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia

	Cont.	Real.	%
Colonoscopia	-	-	-
TC abdome superior	-	-	-
TC tórax	-	-	-
US próstata abdominal	-	-	-
US tireoide	-	-	-
Total	-	-	-

Tipo	2021		2020	
	Quat.	Valor Estimado	Quat.	Valor Estimado
Quantidade de ações Possíveis				
Trabalhistas	14	1.035.190,12	5	167.160,56
Cível	20	6.567.793,64	13	R\$ 5.026.049,71
Tributária	-	-	-	-
Tipo	2021		2020	
	Quat.	Valor Estimado	Quat.	Valor Estimado
Quantidade de ações Prováveis				
Trabalhistas	2	9.757,21	1	2.115,13
Cível	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-

21. Eventos Subseqüentes: Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer. Em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Itanhaém - SP, 04 de Abril de 2022.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos diretores e Conselheiros do Instituto Sócrates Guanaes - ISG. Gestor Do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR. Itanhaém - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRJR - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do HRJR, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **§ Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SES/SP, esta correlacionado nas Notas "05 - Subvenções Assistências Contrato de Gestão", 15 Receitas Operacionais com Restrição e 16 Outras Receitas com Restrição, Atividade de Saúde, todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade sobre Subvenções a receber, no valor de R\$ 2.869 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de N° 001.0500.000011/2017, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR, será efetivada no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios do contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 105.290 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido maior que os valores repassados, para o período em análise, por este motivo a Entidade possui subvenção a receber. **Resposta da auditoria ao assunto:** Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o Regime de Competência estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota 05 "Subvenções Assistências" "Contrato de Gestão", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. **§ Critério Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - Principais Políticas Contábeis", subitem "3.2 Ativo Imobilizado", letra "a", "Reconhecimento e Mensuração", infor-

mados nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão N° 001.0500.000011/2017, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRJR optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N° 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 (R5) Apresentação das Demonstrações Contábeis, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da Essência Sobre a Forma, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase - Continuidade das operações, controles gerencias do ativo e passivo compensado e transações entre partes relacionadas:** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 001.0500.000011/2017 e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 06/06/2022. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 001.0500.000011/2017 e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes - ISG, gestor do Hospital Regional Jorge Rossmann - HRJR. Contudo, não evidenciamos os registros destes bens em contas de controle. Ativo e Passivo compensado. Identificamos ainda que os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estão sendo registrados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensado). Contudo, os valores não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio da Unidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "9 - Partes relacionadas", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no Contrato de Gestão e/ou aditivo, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 01 de abril de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade

continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Itanhaém, SP, 05 de abril de 2022.

Work7
Auditores Independentes SS
CRC 1GO 001891 "S" - SP

José Ricardo Xavier - Contador
CRC 1GO-013785/O-0 "S" SP
CVM 12.424



INSTITUTO SÓCRATES GUANÊS - ISG
 CNPJ nº 03.969.808/0001-70
 Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
 Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)				
	2021		2020	
Nota	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.824,89	20.720.826,98	34.753,32
Contratos de gestão e convênios	5	-	215.922.297,45	-
Caixa a receber	6	2.635.613,89	2.640.613,89	2.488.537,29
Impostos e contribuições a recuperar	7	144.596,29	6.873.745,46	142.099,47
Adiantamentos a terceiros	8	19.134,58	854.753,54	86.448,80
Adiantamentos a funcionários	9	184.495,52	1.090.530,87	152.729,35
Estoque	10	-	12.474.941,01	-
Despesas antecipadas	11	34.890,17	951.021,90	23.968,60
Total do ativo circulante		3.067.555,40	261.528.721,10	2.928.536,83
Não Circulante				
Depósitos em caução		37.736,51	37.736,51	37.736,51
Depósitos/judiciais		3.087.126,90	4.634.047,50	3.087.126,90
Depósitos/bloqueios judiciais	12	4.301.009,60	-	2.275.833,78
Transações entre unidades	13	227.061,86	227.061,86	225.903,14
Imobilizado	14	7.652.934,87	2.896.929,87	5.636.600,33
Total do ativo não circulante		10.720.490,27	4.286.427,65	8.565.137,16
Total do ativo		10.720.490,27	262.815.148,75	20.483.674,00
Ativo compensado				
Total do ativo e do ativo compensado		10.720.490,27	328.869.797,17	8.565.137,16

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)				
	2021		2020	
Nota	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Recetas com restrição				
Programa atividades de saúde	22a	-	691.139.475,14	-
Recetas ressarcimento rescisão atividades de saúde	22a	-	2.193.193,87	-
Outras receitas atividades de saúde	22b	-	19.511.342,07	-
Recetas sem restrição				
Outras receitas atividade de saúde	23	5,00	237.945,50	1,31
Receta líquida atividade de saúde com restrição				
Programa de atividades de saúde		5,00	237.945,50	1,31
Supervit (Déficit) bruto atividade de saúde com restrição		5,00	237.945,50	1,31
Recetas líquidas atividade de saúde				
Programa de atividades de saúde	24	-	(532.306.532,10)	-
Supervit (Déficit) bruto atividade de saúde		-	180.537.478,98	-
Supervit (Déficit) líquido atividade de saúde		5,00	237.945,50	1,31
Despesas operacionais atividade de saúde - com restrição				
Com pessoal	25.1	(9.292.883,60)	(85.849.614,94)	(7.943.141,00)
Serviços prestados por terceiros	25.2	(4.417.185,45)	(85.512.299,83)	(4.425.890,68)
Geais e administrativas	25.3	(1.964.304,12)	(18.618.385,08)	(650.852,88)
Depreciação e amortização	25.4	(13.885.288,28)	(13.885.288,28)	(12.142.980,00)
Tributárias		(15.713.997,21)	(190.342.011,13)	(133.609.233,88)
Outras receitas operacionais atividade de saúde - com restrição				
Recuperação de despesas	26	12.746.726,53	12.746.726,53	12.017.420,54
Supervit (Déficit) antes do resultado financeiro		(2.967.270,68)	2.942.193,38	(10.518.313,34)
Supervit (Déficit) líquido		5,00	237.945,50	1,31
Resultado financeiro atividade de saúde - com restrição				
Recetas financeiras	27	636,97	1.310.141,19	26.396,46
Despesas financeiras		(131.808,06)	(6.134.672,03)	(174.335,27)
Supervit (Déficit) do exercício Atividade de Saúde				
Com restrição		(3.098.471,77)	(1.882.337,46)	(1.199.752,15)
Sem restrição		5,00	237.945,50	1,31
Supervit (Déficit) líquido		(3.098.436,77)	(1.644.391,96)	(1.199.750,84)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)				
	2021		2020	
Nota	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades sociais				
Supervit (Déficit) do exercício		(3.098.436,77)	(1.644.391,96)	(1.199.750,84)
Ajustes para conciliar o supervit à caixa oriundo das atividades sociais				
Depreciação e amortização		13.085,28	13.085,28	12.142,90
Variações nos ativos e passivos				
Contratos de gestão e convênios		-	(27.065.301,33)	-
Caixa a receber		(147.076,60)	2.485.572,87	(410.662,97)
Impostos e contribuições a recuperar		(2.496,82)	(6.595.886,79)	2.690.774,37
Adiantamentos a terceiros		27.314,22	(410.151,03)	(82.299,86)
Adiantamentos a funcionários		(31.766,23)	(122.704,72)	(407.568,67)
Depósitos em caução		-	(15.834,00)	-
Depósitos judiciais		-	(201.063,14)	-
Depósitos/recebíveis a receber		(2.025.175,82)	197.163,91	63.582,11
Outros ativos		(10.921,57)	(119.830,20)	12.512,58
Fornecedores		217.535,71	6.832.001,27	81.996,24
Salário e encargos sociais		826.635,88	(611.818,61)	8.001,50
Obrigações tributárias		3.185.951,43	9.973.108,23	9.022.919,12
Fluxos de caixa das atividades sociais		(3.098.436,77)	(1.644.391,96)	(1.199.750,84)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)				
	2021		2020	
Nota	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades sociais				
Subvenções e assistências a realizar		-	(3.826.636,96)	-
Contingências		642.336,99	(8.487.904,91)	(92.040,23)
Partes relacionadas a pagar		204.678,30	(682.407,70)	(117.475,75)
Receta diferida		23.687,24	418.090,75	(173.063,99)
Ajustes de Exercícios Anteriores		152.964,33	(152.964,33)	(1.896.909,27)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais		(25.928,43)	(30.544.047,18)	11.654,48
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado		4.244,00	4.244,00	-
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos		4.244,00	4.244,00	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(20.684,43)	(30.544.047,18)	11.654,48
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34.753,32	51.264.874,16	23.098,84
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.824,89	20.720.826,98	34.753,32

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)				
	2021		2020	
Nota	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades sociais				
Supervit (Déficit) do exercício		(3.098.436,77)	(1.644.391,96)	(1.199.750,84)
Ajustes para conciliar o supervit à caixa oriundo das atividades sociais				
Depreciação e amortização		13.085,28	13.085,28	12.142,90
Variações nos ativos e passivos				
Contratos de gestão e convênios		-	(27.065.301,33)	-
Caixa a receber		(147.076,60)	2.485.572,87	(410.662,97)
Impostos e contribuições a recuperar		(2.496,82)	(6.595.886,79)	2.690.774,37
Adiantamentos a terceiros		27.314,22	(410.151,03)	(82.299,86)
Adiantamentos a funcionários		(31.766,23)	(122.704,72)	(407.568,67)
Depósitos em caução		-	(15.834,00)	-
Depósitos judiciais		-	(201.063,14)	-
Depósitos/recebíveis a receber		(2.025.175,82)	197.163,91	63.582,11
Outros ativos		(10.921,57)	(119.830,20)	12.512,58
Fornecedores		217.535,71	6.832.001,27	81.996,24
Salário e encargos sociais		826.635,88	(611.818,61)	8.001,50
Obrigações tributárias		3.185.951,43	9.973.108,23	9.022.919,12
Fluxos de caixa das atividades sociais		(3.098.436,77)	(1.644.391,96)	(1.199.750,84)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais)				
	2021		2020	
Nota	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Patrimônio líquido				
Capital Social		10.720.490,27	10.720.490,27	10.720.490,27
Reserva de Lucros		19.764.657,48	19.764.657,48	19.764.657,48
Reserva de Retenções		2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
Reserva de Contingências		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Reserva de Impostos		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Reserva de Depreciação		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Reserva de Amortização		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Reserva de Provisões		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Reserva de Outras Reservas		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Total do Patrimônio Líquido		26.000.000,00	26.000.000,00	26.000.000,00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 O Instituto Sócrates Guaanês - ISG é uma Associação Civil (ISG ou "Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Atualmente o ISG possui contratos de gestão hospitalar vigentes nas seguintes unidades: - HDI - Hospital de Doenças Tropicais, situado em Goiânia, Estado de Goiás - CEAP-SOL - Condomínio Solidária, situado em Goiânia, Estado de Goiás - HEAL - Hospital Estadual Azevedo Lima, situado em Ilhéus, Estado do Rio de Janeiro - HRIR - Hospital Regional Jorge Rossman, situado em Itanhaém, Estado de São Paulo - HRSC - Hospital Regional de São José dos Campos, situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo - AME-SJC - Ambulatório Médico de Especialidades "Edy Costa Mendes", situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo - HRR - Hospital Regional de Registro, situado em São Paulo, Estado de São Paulo - HRN - Hospital Regional Litoral Norte, situado em Caraguatatuba, Estado de São Paulo - AME-Parqueira-Ácu - Ambulatório Médico de Especialidades, situado em Parqueira-Ácu, Estado de São Paulo. O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Chabo, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Araramá - Rio de Janeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guaanês, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro, aprovada pela Resolução (CFC) 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG (R2) - Subvenção e Assistência Governamental, aprovada pela Resolução (CFC) 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, essência sobre a forma, cuja síntese está demonstrada e as seguir: **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que o ativo e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige o uso de estimativas e julgamentos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados em ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
 As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. **3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos:** O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já classificados e recebíveis de contratos de gestão, em regime de competência, para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. **(b) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retidas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sócias e tributárias e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento financeiro, estes passivos financeiros são registrados em valores nominais e sem juros efetivos. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custo e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizados nos primeiros meses de 2022, conforme previsto nos Contratos de Gestão. **3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Benefícios em bens de terceiros e instalações compreendem, principalmente, benefícios em unidades hospitalares sob a gestão do ISG, unidades operadas e escritórios. O Instituto reconhece, portanto, por meio dos contratos de gestão e termos aditivos, remuneração diversos bens adquiridos com recursos dos contratos. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. Os contratos de gestão definem que tais bens são das Secretarias de Saúde de cada Estado e que ao final dos contratos estes serão devolvidos às respectivas Secretarias de Saúde dos Estados. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, após venda, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. **(b) Depreciação:** A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. Em relação aos contratos de gestão, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos públicos advindos dos contratos de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guaanês, mas, sim, das Secretarias de Saúde de cada Estado. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** O valor contábil do ativo imobilizado é determinado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é reavaliado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no Item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **3.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois e o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de impostos ou gravames, contendo passivos restritivos de uso, conforme contrato de gestão. **3.5. Patrimônio líquido:** O Instituto aplica integralmente seus recursos, na forma da legislação aplicável, na manutenção de seus objetivos. **3.6. Aparação do resultado:** Os resultados, custos e despesas são reconhecidos, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. **3.7. Tributação:** O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o supervit. Por isso, nenhum tributo sobre o lucro, foi apurado e provisionado, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo para apuração do PIS e do ITR, foi apurado e provisionado, com alíquota de 1%. Os valores apurados são recolhidos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Caixa com restrição (*)	-	15.677,20	-	11.612,03
Caixa sem restrição	103,95	100,93	1.123,72	1.123,72
Bancos conta movimento com restrição (*)	-	203.363,87	-	585.840,87
Bancos conta movimento sem restrição	1,00	7,31	13.629,60	13,629,60
Aplicações financeiras com restrição	8.719,94	475,07	20.000,00	49.657.937,08
Aplicações financeiras sem restrição	8.824,89	20.720.826,98	34.753,32	51.264.874,16

As aplicações financeiras com e sem restrição, referem-se substancialmente à CDB e renda fixa no Banco do Brasil e Santander; a Fundo de Investimento da Caixa Econômica Federal ("Caixa FIC") e Santander, conta poupança no Bradesco, de curto prazo, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. (*) Cada recurso recebido em razão dos contratos de gestão é alocado em contas-correntes e aplicações financeiras que foram criadas especificamente para gestão e aplicação dos recursos. O saldo é responsável pelas aplicações destes recursos

INSTITUTO SÓCRATES GUANAS - ISG				
CNPJ nº 03.969.808/0001-70				
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América				
Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41200-790 - Salvador/BA				
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)				
25.4. Tributárias				
	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
INSS sobre Autônomos e Cooperativas	16.229,78	41.977,75	31.180,00	62.762,42
IPTU	658,25	658,25	631,05	10.708,73
IRRF	542,38	9.458,13	941,58	31.247,69
IOF Sobre Aplicações Financeiras	34,55	166.065,90	-	167.750,29
IOF Sobre Aplicações Financeiras	452,59	97.371,44	-	-
Outros Impostos e Taxas	8621,21	32.895,53	4181,69	19.509,92
	26.538,76	348.427,00	36.934,32	291.979,05
26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO				
	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Rateio de Horas Técnicas	12.746.726,53	12.746.726,53	12.017.420,54	12.017.420,54
	12.746.726,53	12.746.726,53	12.017.420,54	12.017.420,54
São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto, cada unidade hospitalar paga para Matriz a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.				
27. RESULTADO FINANCEIRO ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO				
	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Receitas Financeiras	636,97	1.310.141,19	26.396,46	5.052.550,12
Despesas Financeiras	(131.808,06)	(6.134.672,03)	(174.335,27)	(7.237.612,26)
	(131.171,09)	(4.824.530,84)	(147.938,81)	(2.185.062,14)
28. INDICADORES				
	2021		2020	
	Matriz	Consolidado	Matriz	Consolidado
Índice de Liquidez Corrente	=	0,493	1,060	0,60
Ativo circulante	=	0,493	1,060	0,60
Passivo circulante	=	0,928	1,001	1,33
Índice de Liquidez Geral	=	0,928	1,001	1,33
Ativo circulante + Ativo não circulante	=	0,928	1,235	1,33
Passivo circulante + Passivo não circulante	=	0,928	1,235	1,33
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS				

Os diretores e Conselheiros do INSTITUTO SÓCRATES GUANAS - ISG - Salvador - BA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do INSTITUTO SÓCRATES GUANAS - ISG (Entidade), identificadas como matriz e consolidadas, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do INSTITUTO SÓCRATES GUANAS - ISG, em 31 de dezembro de 2021, e desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião com ressalva:** Individuais: Os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, em relação às demonstrações contábeis individuais, foram insuficientes para concluir sobre os controles internos dos bens demonstrados no grupo do Ativo Imobilizado (Líquido), bem como os efeitos relativos sobre os reconhecimentos das depreciações vinculadas a estes bens e nos relatórios utilizados para reembolsos. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações contábeis individuais, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria. A Entidade não adotou as mudanças de práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/2007 e normas brasileiras de contabilidade, convergidas ao padrão internacional IFRS, no que se relacionam às demonstrações contábeis individuais, especificamente em relação à aplicação do teste de recuperabilidade (impairment) do imobilizado e ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros e seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis individuais. **Consolidadas:** Conforme Nota Explicativa N.º 05, os relatórios apresentados pela Entidade não permitem avaliar a composição do saldo do grupo de valores a receber, referente a unidade HEBR. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição do saldo do grupo e seus respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil relativos a Crédito de Subvenções a receber das Secretarias de Estado da Saúde, vinculado a cada estado, estão correlacionados nas Notas "OS CONTRATOS DE GESTÃO E CONVENÍOS" e "22 RECEITAS COM RESTRIÇÃO", ambas relacionadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 215.922 milhões, envolveu o pressuposto de que o acordado nos contratos de gestão, firmado entre as Secretarias de Estado da Saúde de cada estado e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAS - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais, será cumprido no exercício seguinte. A decisão concorda com a Administração da Entidade de honrar com os critérios dos contratos de gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos nos contratos, fato este que gerou reconhecimento de Receita, com restrição, com atividade de saúde, no ordem de R\$ 712.844 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise. **Resposta da auditoria ao assunto:** Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculadas aos contratos de gestão junto às Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se as receitas de subvenções governamentais estavam recebidas adequadamente, ao longo do período necessário, e se estas foram confrontadas com as despesas correspondentes. Também, verificamos que as atas não estavam sendo reconhecidas no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessas receitas. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento das receitas de subvenções em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que as diferenças das subvenções relacionadas foram

transferidas para a conta de "contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que os contratos suportam o reconhecimento das receitas em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "OS CONTRATOS DE GESTÃO E CONVENÍOS", bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. • **Crítico Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernente a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos dos contratos de gestão, firmados entre as Secretarias de Estado da Saúde vinculadas a cada estado e o Instituto Sócrates Guanases - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde em diversos hospitais, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. Os contratos deixam claro que tais bens são dos Estados, por meio das Secretarias de Estado da Saúde de cada ente federativo, retro mencionados, e que, ao emitir dos instrumentos pactuados, estes serão devolvidos às contratantes. Neste sentido, a Entidade gestora das unidades de saúde optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise às práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (RS) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação às referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, examinamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com as subvenções relacionadas, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsões contratuais, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dires da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Enfase: Continuidade das operações, unidades não auditadas, bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado e transações entre unidades:** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação dos contratos de gestão, previstos para conclusões em 24/06/2021 - H01; 30/04/2023 - AME-SJC; 24/06/2023 - CEP-SOL; 26/02/2023 - HEAL CG 001/2019; 06/06/2022 - HRUR; 11/12/2022 - HRSIC 03/04/2023 - HR; 19/12/2024 - HRLN e 31/12/2024 - AME-PARQUEIRA-ACU. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. As demonstrações contábeis individuais da Filial Administração - SP não foram objeto de análise por nenhuma empresa de auditoria independente, contudo os demonstrativos financeiros individuais estão incorporados nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pelas Secretarias de Estado da Saúde de cada estado, conforme previsto nos Contratos de Gestão e demais aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanases - ISG. Contudo, para as unidades AME-SJC, HEAL CG 001/2019; HRUR, HRH e HRLN, não foram evidenciados os registros destes bens em contas de controle. Ativo e Passivo compensados, enquanto, para as unidades CEP-SOL e H01, os relatórios apresentados dos registros não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio destas Unidades. Identificamos, ainda, que no caso dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão estes estão sendo controlados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensados). Contudo, os valores também não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio de todas essas Unidades, o que, por força de contrato, podem ser ocasionadas contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. Conforme Nota Explicativa "13 - Transações entre unidades", correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base nos Contratos de Gestão e/ou aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade do Instituto, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 27 de abril de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

HEAL - Com advento do fim da vigência do contrato de gestão 001/2019 em 25/02/2022, conforme cláusula primeira do primeiro termo aditivo ao contrato em questão. Houve o interesse entre as partes para renovação do contrato de gestão, por mais 12 (doze) meses, através do terceiro termo aditivo, celebrado em 25/02/2022. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em atendimento às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas. Salvador (BA), 14 de abril de 2022.

DIRETORIA	
André Mansur de Carvalho Guanases Gomes	Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72
Ernesto Stangueti	Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15
CONTADOR	
Raphael Lindenbach de Morais	CRS ISP 261037

consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos critérios internos que a determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base em evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira fiel e completa com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo, para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as obrigações éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Goiânia - GO, 19 de abril de 2022.

Work7 Auditores Independentes 55
CRS 160.001891-55 - BA - CVM 12.424

José Ricardo Xavier
Contador CGO-0131785-0-55-BA

Coluna ESPLANADA

POR LEANDRO MAZZINI E WALMOR PARENTE
E COM CAROLINA FREITAS E SARA MOREIRA

CHOQUE

O dedo na tomada é inegável dos dois lados, e o curto-circuito gerado é a politização do projeto em ano eleitoral. De um lado, o governo de Jair Bolsonaro (PL) quer privatizar a Eletrobras sob críticas dos contrários de que pede preço de banana na feira, e com risco de perder a soberania nacional sobre a geração de energia para um potencial sócio estrangeiro. De outro lado, fica evidente por parte do TCU o viés político para tentar barrar a venda. Relator do processo, o ministro Vital do Rego é egresso da ala do MDB ligada a Renan Calheiros (AL), o maior opositor de Bolsonaro no Senado, e grande aliado de Lula.

Vista

Em novo revés que atrapalha o plano do Governo, o TCU suspendeu o julgamento da segunda etapa da privatização após pedido de vista apresentado por Vital do Rego. O ministro queria prazo de 60 dias, mas foi convencido a reduzir para 20 dias.

Maio

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já protelou o mês de maio como prazo final para desobstruir a venda da Eletrobras. E se Lula for eleito, a empresa não será privatizada.

Corporativismo

O caso do agora condenado Daniel Silveira simboliza o corporativismo na Câmara. Há meses, o parecer do Conselho de Ética que pede a suspensão do mandato do deputado aguarda análise no plenário.

Rompimento

Na esteira da insatisfação das categorias das forças federais com a demagogia do presidente Jair Bolsonaro, o prometer aumento salarial não cumprido, os delegados federais soltaram uma dura nota - a mais crítica desde o início do Governo do Capitão - indicando um rompimento do apoio ao chefe da nação.

Freio

Entre os pontos da nota oficial, a corporação vai fazer o dever de casa a seu jeito, com um freio nas atividades: redução de produtividade nas atividades administrativas e de fiscalizatória. A Associação Nacional dos Delegados de PF também orientou a classe a não aceitar viagens em missões sem o prévio acordo de reembolso de diárias.

Caixa-preta

O Partido dos Trabalhadores esconde o valor do contrato assinado há dois meses com a agência MPB Estratégia e Criação, responsável pela pré-campanha do ex-presidente Lula da Silva. Via assessoria, o partido se limita a afirmar a Coluna que não está comentando esse assunto.

Negociador

Diferente dos interlocutores do Governo e do próprio presidente Bolsonaro, que se mostram inábeis no diálogo com servidores, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, revela-se bom negociador. Ganhou voto de confiança e conseguiu suspender a greve dos servidores do BC que já durava mais de um mês. Campos Neto sinalizou que, além de reajuste, outras demandas da categoria podem ser atendidas.

Indigenas candidatas

Partidos vão demarcar oposição ao governo Bolsonaro nas urnas com candidaturas de indígenas. O PDT já anunciou os pré-candidatos a deputado federal Daniel Muduruku (São Paulo), Narbélia Verreira (Tocantins), Amir Suruí (Rondônia) e Lício Xavante (Mato Grosso). Também concorrerão os líderes Vanda Witoto (Roraima), Val Eloy (Psoi-MS) e Arildo Alcântara (Tereza (Psoi-MS).

PF

O vice-presidente da Câmara, deputado Manoel Ramos (PSB), acionou o Ministério Público com pedido de apuração sobre o decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) que reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em 25% no ano de eleições. O parlamentar sustenta que a medida é proibida pela Lei Eleitoral (9.504/1997).

Manifesto de juristas defende prévias do PSDB e candidatura de João Doria

AGÊNCIA ESTADO

Um manifesto assinado por 73 juristas sai em defesa do resultado das prévias do PSDB, que escolheram o ex-governador de São Paulo João Doria para disputar a Presidência da República pelo partido. A carta, escrita na quarta-feira, 20, e divulgada pela assessoria de Doria, afirma que "ninguém no partido ou fora dele tem autoridade" para desrespeitar a decisão tomada pela sigla em novembro do ano passado.

"Ninguém no partido ou fora dele tem autoridade para violentar os 34 anos de história da Social Democracia, para rasgar o estatuto ou para anular a decisão democrática, soberana e irrevogável dos filiados em função de interpretações pessoais e subjetivas sobre o quadro eleitoral, ou articulações desautorizadas com outros partidos políticos. Não é necessário ser especialista em direito eleitoral ou partidário para ter absoluta convicção disso", diz trecho do manifesto.

"O candidato à Presidência da República legalmente constituído pelo PSDB para as eleições de 2022 é JOÃO DORIA, que será PROCLAMADO pela Convenção Nacional Eleitoral a ser realizada entre 29 de julho e 5 de agosto. Quem, honestamente, dese-



MANIFESTO assinado por 73 juristas sai em defesa do resultado das prévias do PSDB, que escolheram João Doria para disputar a Presidência da República

jar colaborar com o Brasil estará engajado na sua campanha", diz ainda o manifesto.

Doria é alvo de ação orquestrada por lideranças tucanas, como o deputado federal Aécio Neves (MG) e o senador Tasso Jereissati (CE), que tentam lançar o ex-governador gaúcho Eduardo Leite como candidato do partido à Presidência no lugar dele.

Leite tem dito respeitar as prévias, mas defende que o partido não pode se apegar ao resultado. Diz que o PSDB deve estar aberto a

discutir outras alternativas que se mostrem viáveis para unificar a chamada terceira via, enquanto tenta se cacifar como opção.

O ex-governador paulista classifica a articulação como golpe. A situação tem aprofundado a divisão interna no PSDB, aparente já nas prévias.

A carta também surge em um momento no qual os partidos da terceira via discutem a formação de uma chapa única formada por partidos como o União Brasil, MDB, Cidadania e PSDB.

Joaci Góes

PONTO DE VISTA

Caminho de Compostela 4

O casal amigo Cristina e Augusto César Mangabeira Nunes.

Brasileiros, em geral, baianos e nordestinos, em particular, que fazem qualquer dos caminhos para Compostela, não podem deixar de refletir sobre o excepcional impacto, de múltiplas origens e dimensões, se o deslocamento a pé, entre regiões do Brasil, não fosse impedido pela infância da insegurança reinante, em toda parte.

Restringimo-nos ao caso baiano que já desfruta, ainda que de modo limitado, das badaladas caminhadas pela Chapada Diamantina, tendo como centro a histórica cidade de Lençóis. Se, como exemplo, aparelhássemos e dessemos segurança ao percurso entre Morro do Chapéu e Rio de Contas, de cerca de 300 km, é fácil compreender o crescente número de andarilhos, entre nacionais e estrangeiros, que

singularíssimo fato de ensejar o banho de mar, em águas tépidas, a qualquer hora de cada um dos 365 dias do ano, fenômeno sem igual em qualquer outro litoral tão extenso.

É claro que nos dias atuais essa possibilidade não passa de uma quimera, assim continuando enquanto nossa população, com o silêncio culposos das elites, continuar de costas para o reconhecimento da educação como o fator básico e fundamental para o desenvolvimento dos povos na sociedade do conhecimento em que o Mundo está imerso.

No caso da Bahia essa possibilidade é ainda mais remota pela queda acentuada nos índices que medem o bem estar dos povos, de que é prova maior o fundo do poço a que chegou a educação em nosso estado que ocupa, hoje, a mais baixa posição, entre as 27 unidades da Federação.

Um dado alarmante, do qual a maior parte da população parece não se dar conta, é sua detrimetosa ocupação do primeiro posto em números absolutos de homicídios praticados em todo do Brasil. Apesar disso, o sistema penal vigorante em nosso Estado revela-se alta-

mente leniente com o crime. Basta mencionar que dos 700 mil detentos existentes no País, a Bahia participa com, apenas, 17 mil, quando, tomando-se como referencial o percentual de 7,3% de sua população, sobre a população nacional, o número de infratores penais, na Bahia custodiados, deveria ser superior a 50 mil! Essa ostensiva e inegável impunidade praticada na Bahia, tem sido sensivelmente agravada pelo estímulo oficial à marginalidade inerente à ação do MST, associado a traficantes de drogas e assaltos na periferia dos núcleos urbanos dotados de atração turística. Esses marginais contam com o apoio de advogados que desonram a profissão.

Em nossa caminhada para Compostela, reiteradamente, inteiramo-nos das origens, escolaridade e padrão de vida dos inúmeros proprietários dos pequenos negócios que pululam à beira do percurso, para sermos assolados pelo desgosto de vermos a distância abissal existente entre o que somos e o que poderíamos ser, se outro fosse o nível da educação de nossa gente.